

CPI decide a convocação de Fábio Simão

A CPI que investiga a corrupção no orçamento decide neste final de semana se irá chamar para depor o ex-secretário particular do governador Joaquim Roriz, Fábio Simão. Ele está sendo acusado de participar em uma possível rede sobre tráfico de influências em atuação no DF. Na próxima terça-feira, o senador Élcio Alvarez (PFL-ES), responsável pela subcomissão formada especialmente para analisar a questão, entrega ao Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira, cópia do relatório da gravação das 18 fitas, resultantes das investigações feitas pela Polícia Civil de Brasília. "O Procurador é quem irá fazer a avaliação sobre o âmbito do processo — se na justiça federal ou no Ministério Público do DF, já que há indícios de crime", afirmou ontem.

Paralela à análise da Procuradoria Geral da República, o senador revelou que vai dedicar seu tempo hoje a amanhã para analisar as duas mil páginas referentes à gravação, contendo diálogos telefônicos comprometedores entre Fábio Simão e o empresário Leonilson Salvador da Silva — dono da empresa Táxi Aéreo Via Brasil. Segundo denúncias, este teria oferecido propina ao ex-secretário particular de Roriz para a liberação de projetos referentes ao governo do Distrito Federal. "Não pretendemos entrar no mérito das acusações, o que nos interessa é o que estiver relacionado com a parte orçamentária", observou Élcio Alvarez. Também as propostas de quebra de sigilo bancário e fiscal de Fábio Simão serão votadas somente após a análise do relatório.

Fitas — A CPI da máfia do orçamento decidiu examinar as gravações das fitas do secretário particular do governador Joaquim Roriz. O trabalho será feito pelos senadores Élcio Alvarez (PFL-ES) e José Paulo Bisol (PSB-RS) e o deputado Nelson Trad (PTB-MS). Fábio Simão, secretário particular de Roriz até a semana passada, foi demitido devido às denúncias de corrupção que o envolveram e comprometeram o governador.

A decisão de examinar as fitas foi anunciada pelo relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), após a reunião administrativa de sexta-feira da comissão.